



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

## Práticas televisivas de crianças em idade escolar\*

Manuel Pinto\*\*

Actos de violência infantil: volta e meia, o tema ressurgue, faz as manchetes dos órgãos de informação, é glosado por políticos e peritos, e origina por vezes, iniciativas dos poderes públicos. Uma quase constante neste tipo de casos: por norma, envolvem crianças tidas por grandes consumidoras de televisão ou de videogramas violentos e a conclusão é, por assim dizer, irresistível e inevitável: o meio televisivo, os conteúdos predominantes da sua programação são considerados como a causa mais poderosa e eficaz das condutas infantis, por um efeito de imitação dos conteúdos das mensagens recebidas.

O assunto emerge, primeiro, como simples notícia; desencadeia, de seguida, reacções mais ou menos numerosas; no “pico” da “onda”, vozes mais ou menos “autorizadas” pressionam no sentido de que se torna necessário tomar medidas; por vezes, ensaiam-se decisões de natureza política e, paulatinamente, regressa-se ao “*statu quo ante*”, com a consciência mais ou menos tranquila ou tranquilizada.

Em linguagem metafórica, poder-se-ia falar de um “monstro de um único olho” que existe bem perto de nós, que todos sabem estar por aí, mas que ninguém é capaz ou sequer deseja exterminar e que, de quando em vez, desperta da sua modorra e emite sinais ameaçadores.<sup>[1]</sup> Alguma coisa tem então de ser feita, para apaziguar e neutralizar não o monstro, mas o medo do monstro. E, então, o sossego regressa.

De entre os acontecimentos-sinais mais recentes, recordemos alguns dos que deram brado:

O caso de dois miúdos ingleses de 10-11 anos, apontadas como grandes consumidores de vídeos violentos, os quais raptaram e mataram o pequeno Bulger, de dois anos;

O miúdo de 11 anos do Seixal, que disparou um tiro de caçadeira a partir da janela da casa onde vivia, matando um colega que brincava no recreio de uma escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, caso ocorrido no princípio de Março de 1994;

Enfim, a onda de choque provocada, em Outubro de 1994, pela morte da pequena Silje, na Noruega, assassinada por colegas seus, quando brincavam em conjunto na neve.

Como muitos se lembrarão, a propósito destes e de outros casos, a influência dos media, particularmente dos audiovisuais, sobre os mais novos foi objecto de numerosas reflexões e tomadas de posição, glosadas e difundidas pelos próprios meios de comunicação, com especial destaque para a imprensa que, assim, além de cumprir o seu principal papel, ajusta contas com a sua arqui-rival.

## Modos de ver

Nesta intervenção, gostaria de começar por enfatizar as diferentes teorias implícitas nas tomadas de posição e na grande parte das análises divulgadas aquando da ocorrência deste tipo de acontecimentos, para propor, de seguida, outros modos de colocar o problema da relação entre a TV

e as crianças, tomando como referência alguns resultados-sintomas de um estudo que realizámos.<sup>[2]</sup>

Na sua versão mais chã e primária, sustenta-se que a televisão como que infunde ou injecta a peçonha naqueles que a ela se expõem, em especial os mais incautos ou indefesos. É a velha teoria hipodérmica, a florescer viçosa no jardim do senso comum. Numa versão mais elaborada e mais divulgada também, sustenta-se, implícita ou explicitamente, que o meio televisivo enquanto tal ou, pelo menos, certas das suas mensagens, detêm um poder intrínseco de influenciar atitudes e comportamentos. Tal influência pode ser, conforme as orientações, directa ou indirecta, imediata ou a prazo, de sentido negativo ou positivo, mas incontornável. A não ser que a sociedade

intervenha, condicionando as regras na produção e difusão e/ou actuando no plano da recepção. E assim se teria iluminado a génese e desenvolvimento dos mecanismos inerentes aos casos que deram brado, invocados atrás.

No que ao binómio crianças-televisão diz respeito, estes modos de conceber a presença da televisão na sociedade encontram-se bem no cerne de uma orientação que tem tido um ascendente indesmentível no plano da pesquisa empírica sobre o campo aqui em análise, mas de que pretenderam distanciar-se, desde pelo menos os finais dos anos 50, investigadores como Hilde Himmelweit e Wilbur Schramm e respectivas equipas, para referir apenas um nome do campo europeu e outro do espaço norte-americano (Himmelweit *et al.*, 1958; Schramm *et al.*, 1961). Segundo estes pesquisadores, importaria passar de uma preocupação quase exclusiva (e obcecada) com aquilo que os *media* fazem às pessoas, para prestar atenção ao que as pessoas fazem com os *media*. Esta afirmação de tom programática retomada posteriormente de certa forma pela corrente funcionalista dos usos e gratificações viria, porém, a ser claramente secundarizada na agenda de preocupações que presidiram aos caminhos da investigação neste campo, em detrimento de orientações teórico-empíricas enquadráveis globalmente no chamado “paradigma dos efeitos” e, por essa via, na afirmação do “poder modelador” dos *media*, tanto no plano dos comportamentos e atitudes individuais como no dos grupos e instituições.

De modo que se torna justificado aludir, a este propósito, a uma insatisfação ou a uma certa deficiência que caracteriza os termos de referência da problemática em apreço. Sintomaticamente, o discurso sobre o poder da televisão (e dos *media*, em geral) coexiste com um fenómeno que poderemos designar por “efeito de naturalização”, que alude ao facto de as práticas sociais televisivas bem como a própria presença do receptor no espaço doméstico se terem entrelaçado de tal modo com os ritmos e as rotinas da vida quotidiana que constituem com elas um todo inconsútil (Silverstone, 1994). Acresce que a naturalização e a inerente familiaridade suscita a ideia de que se está perante uma realidade suficientemente conhecida e, por conseguinte, menos susceptível de ser tomada como objecto de indagação e de estudo. Resulta de tal processo uma sentida debilidade (para não dizer quase ausência) do estudo sobre a televisão enquanto complexo de práticas sociais. Não haverá agentes sociais que não tenham opiniões e ideias feitas acerca da TV e, no entanto, resistindo a ser pensada, esta persiste como objecto impensado.

Uma pesquisa que realizámos na primeira metade da presente década sobre as práticas televisivas das crianças proporcionou-nos o ensejo de reflectir acerca de uma outra realidade social, objecto de

um igualmente bem estabelecido processo de naturalização: a infância.<sup>[3]</sup> Apesar de reconhecida hoje, depois dos trabalhos de Ariès e de outros nomes relevantes das novas correntes historiográficas, como uma construção social, a infância continua, em boa medida, a ser estudada como uma etapa da vida e, assim, considerada um domínio senão exclusivo, pelo menos tacitamente deixado à (e apropriado pela) Psicologia, numa divisão científico-académica do saber

que parece necessário questionar.<sup>[4]</sup> Ou seja, depois de termos acordado para a noção de infância como construção social, precisamos de empreender a construção sociológica da infância (para nos quedarmos, aqui, pelo âmbito da nossa disciplina de referência).

Regressando ao binómio crianças-televisão, e transportando para este campo os desafios apontados, teremos de nos perguntar, enquanto aprendizes e praticantes das ciências sociais, se o conceito de infância e de criança em que assentam frequentemente os nossos raciocínios e conjecturas não será demasiado primário e “infantilizado” e se os modelos de socialização dominantes não têm subentendida uma concepção de criança como ser passivo e numa posição predominante de mera recepção das mensagens do mundo adulto. Temos, do mesmo modo, de nos interrogar se esta concepção unidireccional e transferencial da socialização com paralelismos notórios na unidireccionalidade e “transferencialidade” das correntes dominantes na pesquisa sobre os *media*, já atrás referidas não será enquadrável num modelo cultural substancialmente mais vasto e de grande resistência do ponto de vista temporal.

## Sintomas

Deixando em suspenso tais interrogações, por não ser este o momento azado para as desenvolver, digamos apenas que elas estiveram por detrás do estudo que desenvolvemos

na Universidade do Minho, e do qual pretendemos dar a conhecer alguns dos resultados.<sup>[5]</sup> Esse estudo objectivo primeiro de contribuir para o conhecimento contextualizado das práticas televisivas de crianças em idade escolar. Para tal, concebemos uma metodologia assente em três conjuntos de informação articuláveis entre si. O primeiro partiu de um inquérito por questionário, em que participou uma amostra constituída por 727 crianças do 3º e 4º ano de escolaridade de distintos meios sociogeográficos do distrito de Braga. Uma subamostra da anterior, com 178 crianças,

procedeu durante uma semana a um registo diário sobre o que se passou no dia anterior. As restantes crianças que não participaram no preenchimento do diário redigiram um texto sobre o tema “Como costumo ocupar o tempo quando não estou na escola”. O recurso a diferentes técnicas de recolha e tratamento de informação apoiou-se em indicações e experiências de pesquisas anteriores (Schramm, Himmelweit, Van der Voort, entre outros). As operações de recolha de informação decorreram em contexto escolar sob supervisão do investigador (no caso do questionário) e da professora (no caso do diário). De resto, importará observar que a subamostra do diário foi a primeira a participar, sendo apenas dito aos participantes que estavam a colaborar num estudo sobre o modo como as crianças ocupam o seu dia a dia.

De entre os resultados apurados, seleccionámos os seguintes:

1. As crianças da amostra dão conta de uma quantidade e diversidade muito significativas de actividades na sua vida quotidiana. Do ponto de vista da criança, a actividade ou complexo de actividades que se apresentam (e representam) como verdadeiramente estruturantes do seu modo de enunciar o quotidiano é claramente a brincadeira. A própria vida escolar é frequentemente apresentada como tal, sendo as aulas uma espécie de “intervalo” obrigatório. O brincar é o tempo-espaço do jogo, do relacionamento, da emulação da aprendizagem e, sobretudo, da vivência da autonomia. As actividades de ajuda (quer em casa, nas tarefas domésticas, quer fora de casa, nas compras e recados ou nos trabalhos do campo) são mais salientes no espaço rural do que no urbano e parece encontrarem-se já claramente ligadas ao exercício de papéis sexuais. A frequência de actividades ditas de ocupação de tempos livres parece dependerem significativamente quer do grau de investimento parental no futuro dos filhos, quer da estruturação dos tempos dos vários membros do núcleo familiar, quer, evidentemente, da oferta disponível na área de residência ou/e de trabalho.

2. Segundo o diário, ver televisão constitui uma actividade diária para oito em cada dez crianças da amostra. Contabilizada a duração de tal actividade através dos dados do questionário e do diário, verifica-se que o tempo de consumo médio ronda as três horas nos dias de aulas e anda pelas quatro aos fins de semana. De um modo geral, o consumo médio mantém-se elevado qualquer que seja a variável utilizada para análise, mas pode observar-se uma significativa clivagem entre pequenos e grandes consumidores, nomeadamente no que respeita ao peso respectivo no volume global do tempo de consumo. No entanto, uma análise mais fina permite detectar aspectos de monta. Por exemplo, um factor que parece manter uma certa relação com o volume do consumo é, sintomaticamente, o turno escolar, sendo que as crianças com aulas apenas de manhã ou apenas de tarde surgem com índices de tempo televisivo superiores aos dos colegas com aulas de manhã e de tarde. Por outro lado, o nosso estudo não autoriza a estabelecer uma correlação (que ocorre com frequência no discurso comum) entre índice elevado de consumo televisivo e índice baixo de outras actividades. Em convergência com as conclusões de outras pesquisas, encontrámos mesmo o resultado oposto.

3. No entanto, ver televisão não é apenas uma questão de tempo, mas também de modo: não basta ter em conta o *quantum*, mas igualmente o *quomodo*. Como é que se vê televisão? Em que contexto e com que motivações? Por escolha activamente formulada? Por nada de mais interessante haver para fazer? Os nossos dados sugerem que uma grande parte do consumo toma a TV como uma companhia, um ruído de fundo, uma espécie de “fogão de sala” que está ali a produzir calor e ao qual se liga atenção de vez em quando. Há evidentemente a TV procurada e querida, aquela com cujas histórias se vibra, a dos heróis de identificação. Mas não parece correcto identificar todo o consumo com este tipo de consumo. Quando posta em competição com outras actividades também atraentes (um piquenique, por exemplo, e, de um modo geral tudo quanto seja sair de casa, ir passear, andar de bicicleta, viajar, etc.), pode observar-se uma secundarização do papel da televisão, contrariando, dessa forma, a ideia corrente de que grande parte das crianças vivem como que narcotizadas pela TV, como que teledependentes.

4. Um aspecto interessante e merecedor de atenção é o que sugere a existência de uma descoincidência entre a TV produzida e emitida para as crianças e aquela que elas efectivamente vêem. De facto, embora se possam observar, neste ponto, contradições entre os dados do questionário e os do diário, parece poder afirmar-se que os programas que as crianças da amostra preferem (e que dizem ver, em muitos casos) são maioritariamente do chamado “*prime time*”, alguns deles emitidos já tarde no serão. E, em termos de preferências voltamos a encontrar uma clara diferenciação sexual relativamente aos géneros televisivos (nomeadamente no que respeita às telenovelas e ao futebol).

## Interrogações

Alguns pontos implicados nestas conclusões merecem ser problematizados e constituir, eventualmente, pontos de partida para novas investigações. Um primeiro aspecto diz respeito ao conceito de actividade e à pertinência e validade do recurso a este conceito para dar conta da vida quotidiana. A questão é que a vida quotidiana não é nem uma sequência nem um somatório

de actividades: abrange também as sobreposições e concomitâncias, as passividades, os tempos mortos, as actividades ou passividades sonhadas... Envolve sobretudo formas distintas de apropriação e atribuição de sentido às mesmas actividades por pessoas distintas ou em momentos diferentes. Do ponto de vista metodológico, a operacionalização do conceito suscita problemas delicados que se prendem com o lado nocturno da vida, com o toldar do juízo crítico decorrente da carga emocional que afecta a realização de certas actividades, para não referir já o conceito específico da resposta quando os sujeitos - neste caso crianças - são questionados sobre o seu dia a dia.

Um exemplo do que se acaba de propor encontramos-lo nós no facto de, quando interrogadas sobre o que costumavam fazer nos seus tempos livres, grupos de crianças que entrevistámos na fase preliminar do nosso estudo nunca referirem a televisão como uma actividade realizada. É que explicavam, entre surpreendidas e intrigadas, quando confrontadas com o facto para elas, “a televisão não é uma coisa que se faz”, não é uma actividade propriamente dita, porque, aparentemente, “está lá”, como ingrediente com que se confecciona o “menú” da vida de todos os dias, um pouco como o ar que se respira, o caminho que se faz para ir à escola, enfim, tudo quanto é banal, rotineiro, estável, agitado de quando em vez por algum evento, inesperado ou não. Mas, ao mesmo tempo que “faz” o quotidiano, a televisão e as práticas televisivas são também por ele moldadas e condicionadas.

Simultaneamente ingrediente e agente do quotidiano.

Daí que continuemos a precisar de construir os instrumentos metodológicos mais apropriados a captar as formas, os conteúdos, as subtilezas e os silêncios da vida quotidiana. Dez anos depois da publicação de um estudo marcante de David Morley, precisamente nesta direcção, temos de dizer, como ele dizia em 1986, que “continuamos a saber muito pouco acerca do modo como as

famílias interagem com a TV e a usam no seu dia a dia” (1986: 18).<sup>[6]</sup>

Um outro tipo de conclusões para que apontam os resultados do estudo realizado aponta de forma muito directa para a relação entre os usos da televisão, em termos de quantidade e de modalidade, e os restantes aspectos da vida social. Analisada do ponto de vista dos “mundos sociais da infância”, a televisão constitui um factor, cujo peso e lugar dificilmente pode ser entendido sem o jogo com outros factores tais como as alternativas oferecidas à televisão, as características da vida familiar (estilos de vida, ritmos e rotinas, interacções, normas, etc.), as formas de organização e de participação das comunidades locais e o lugar que as crianças têm nas decisões e nos processos de decisão.

A valorização destes factores é por vezes apontada como correspondendo a uma subvalorização (ou “desculpabilização”) da TV. Pela nossa parte, consideramos que a oferta televisiva, as práticas sociais de produção de mensagens e os contextos culturais e políticos de que tais práticas são, a um tempo, expressão e agente, constituem uma componente que não pode ser subavaliada na análise das práticas sociais. Simplesmente, e na esteira do contributo de algumas orientações de pendor mais semiótico, o significado dos conteúdos mediáticos é indissociável do encontro com os respectivos destinatários e não é uma propriedade que se possa confinar à análise dos “textos”.

Por conseguinte, a compreensão da presença dos *media* no sistema social não deverá ser desligado dos processos e contextos socialmente diferenciados de recepção, de apropriação e incorporação das respectivas mensagens.

No que toca especificamente à televisão, parece pertinente sugerir um aturado trabalho de análise que contemple, nomeadamente, tópicos como os seguintes:

1. A lógica expiatória (por se tratar de um “mau objecto”) prevalecente em muitos discursos sobre o dispositivo televisivo;
2. O lado mítico do mundo pré-televisivo e o sentimento de perda (e de inerente nostalgia) que aparece por vezes associado à crítica televisiva;
3. A força do paradigma escolar e o modo como ele condiciona a reflexão sobre a “performance” e o dever-ser televisivos;
4. Finalmente, a lógica que leva a ver a televisão como um instrumento que encerra riscos e malefícios... mas para os outros, não para quem emite os juízos.

## Referências Bibliográficas

- AMBERT, Anne-Marie (1986), ‘Sociology of Sociology: the Place of Children in North American Sociology’, in Adler, Patricia; Adler, Peter, eds. (1986), *Sociological Studies of Child Development*, vol. I, London: Jai Press.
- CARVALHO, Paula Torres (1994), ‘Violência Infantil: as Custas Largas da Televisão’, in *Público*, 1.11.94, pp.2-3.
- GUNTER, Barrie; Jill McAleer (1990), *Children and Television - The One Eyed Monster?*, London: Routledge.
- HIMMELVEIT, Hilde; Oppenheim, A.N.; Vince, P. (1958), *Television and the Child: an Empirical Study of the Effect of Television on the Young*, London: Oxford University Press.
- MORLEY, David, *Family Television: Cultural Power and Domestic Leisure*, London: Comedia.
- PAIS, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



- PAIS, José Machado (1990), 'A Construção Sociológica da Juventude', in *Análise Social*, nº 105-106, pp.139-165.
- PINTO, Manuel (1995), *A Televisão no Quotidiano das Crianças*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais-Universidade do Minho, Braga (fotocopiada).
- SCHRAMM, Wilbur; Lyle, J.; Parker, E. (1965), *Television para los Niños*, Barcelona: Ed. Hispano-Europea (original americano de 1961).
- SILVERSTONE, Roger (1994), *Television and Everyday Life*, London: Routledge.
- VAN DER VOORT, Tom; Vooijs, M. (1990), 'Validity of Children's Direct Estimates of Time Spent Television Viewing', in *Journal of Broadcasting and Electronic Media*, vol. 34 (1) pp.93-99.

---

\*  
- Texto que serviu de base à comunicação apresentada no III Congresso Português de Sociologia, realizado em Lisboa, na Fundação Gulbenkian, de 7 a 9 de Fevereiro de 1996.

\*\*  
- Docente da Universidade do Minho.

[1] Título do livro de Barrie Gunter e Jill McAleer (1990), *Children and Television - The One Eyed Monster?*, London: Routledge.

[2] Para uma percepção de diferentes tipos de posições acerca deste ponto, veja-se o trabalho da jornalista Paula Torres Carvalho (1994), 'Violência Infantil: as Costas Largas da Televisão', in *Público*, 1.11.94, pp.2-3, no auge da polémica pública originada pelo caso norueguês, já referido.

[3] Tratou-se de uma investigação realizada no âmbito da preparação da dissertação de doutoramento. Cf. Manuel Pinto (1995).

[4] Não se trata aqui de pôr em causa o contributo específico das abordagens psicológicas no estudo da criança, mas antes, a elisão da infância como objecto de estudo autónomo no quadro de outras ciências humanas e sociais, No caso da sociologia, como salientou Ambert (1986), a infância tem sido estudada mais a partir das instituições orientadas para a criança (como a família e a escola) do que dos modos e expressões como a infância assume algum tipo de protagonismo social. É interessante observar o paralelismo com um outro grupo de idade os 'jovens' ou a juventude que, mercê da visibilidade dos problemas sociais a ela ligados, especialmente a partir dos anos 60, passou a figurar de forma clara na agenda da disciplina sociológica. Veja-se, a este propósito, os trabalhos de Machado Pais (1990 e 1993).

[5] Pesquisa orientada pelo Prof. Aníbal Alves, director do Curso de Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da mesma Universidade.

[6] David Morley, *Family Television: Cultural Power and Domestic Leisure*, London: Comedia.